



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
COLÉGIO DE APLICAÇÃO

Concurso Público para provimento de vagas em cargos efetivos da Carreira  
de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Edital Nº 1065, de 26 de dezembro de 2018

### PROVA DE CONTEÚDO ESPECÍFICO

Setor

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Candidato

SANDRO TIAGO DA SILVA FIGUEIRA

Frase

"Não há saber mais ou saber menos: Há saberes diferentes." Paulo Freire

Reescreva a frase

"Não há saber mais ou saber menos;  
há saberes diferentes". Paulo Freire

Nº Identificador

19156

"Não há saber maior ou menor; há saberes diferentes" Paulo Freire

Questão 1:

Pensar as políticas públicas de inclusão na sua relação com o currículo, inclusão e acessibilidade nos leva a uma problematização histórica sobre o acesso do estudante com deficiência, transpor os eixos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação à escolarização.

A oferta de ensino se deu a partir do "ser visto especializado" como classes especiais na esfera pública e em instituições filantrópicas (iniciativa privada). O estudante era segregado, marginalizado e excluído do convívio na escola comum e o seu direito de aprender centrava-se no atendimento clínico-terapêutico.

As legislações educacionais que antecederam a Constituição Federal de 1988, dentro delas, as leis de Diretrizes e Bases nº 4024/61 e 5692/71 explicitam um atendimento distante da vida escolar como um todo, reforçando a constatação que analisamos aqui.

O direito do estudante com necessidades educacionais especiais à educação passa a ser reconhecido na Constituição Federal de 1988, ao proclamar a educação como direito público e subjetivo e a garantir o atendimento educacional especializado.

Dessa forma vemos o início de uma preocupação com o currículo e a participação dos estudantes com necessidades educacionais especiais na escola comum.

Dois documentos foram imprescindíveis para pressionar o poder público quanto ao direito

de toda a Educação, a Declaração Mundial sobre Educação para todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994).

Tais documentos convocam os formuladores de políticas públicas a buscarem meios de superar o caráter excludente, segregador e conservador dos sistemas de ensino. Convoca-se um sistema de ensino inclusivo, que se adequa às condições dos alunos, oferecendo medidas de acesso e permanência na escola.

Wá em diante, desdobram-se outras leis: LDB nº 9394/96, Lei 6571/01, Lei 7611/11, Lei 10.098 e 13.146, dentre outras, corroborando com a garantia dos alunos estarem juntos aprendendo independente das dificuldades e deficiências.

Enquanto profissionais da educação precisamos colocar em questão tais leis bem como seu entendimento como forma de lutar em defesa da educação que atenda as demandas de todos os alunos, contra o projeto elitista, meritocrático e homogeneizador dos currículos.

Wionte disso, faz-se necessário clarificar no cotidiano de nossas práticas profissionais, quais sejam no ensino, pesquisa e extensão, o fenômeno da desigualdade e exclusão. Segundo Boaventura de Souza Santos (2001), tais fenômenos buscam criar um interdito e rejeitar todos aqueles que não se enquadram no modelo imposto pela sociedade capitalista.

Nesse sentido, enfrentamentos se fazem necessários.

rios com a elaboração de currículos abertos, flexíveis e construídos no reconhecimento das diferenças individuais, na oferta de atendimento educacional especializado intimamente relacionado com a sala comum, na colaboração entre o profissional da sala de recursos multifuncionais e os demais professores, como também em recursos de acessibilidade que assegurem condições de participação com equidade e qualidade social.

Questão 2.

A educação inclusiva emerge como base para se ampliar a igualdade de oportunidades para todos os estudantes de uma forma conforme pontua Davi Astem (2000), todo aparato escolar e mentalidades pedagógicas precisam ressignificar-se.

Percebo sendo nos processos de formação inicial e continuada de onde toma-se necessário rever conceitos desequilibrados posturas conservadoras, que vivam presentes no sentido da construção de um olhar profissional humanizado.

Concordamos com Mantovan (2011) quando descreve que precisamos formar professores conscientes da inclusão existente na escola e que supere o reconhecimento e valorização das diferenças e a convivência e o compartilhamento incondicional do saber.

Concordamos nesse sentido que na formação inicial e continuada os professores precisam ser estimulados.

lador a Criança, Com autoria e Coautoria, Caminhos pedagógicos que levem à superação de barreiras físicas e atitudinais que geram exclusão dentro o fora do espaço escolar.

Todos os profissionais da escola devem ter Comidades a refletirem criticamente sobre os direitos humanos na direção de produzir conhecimentos cujo alcance contribuam para a quebra de barreiras sociais e escolares à inclusão, numa dinâmica coletiva de pensar e repensar.

Entendemos que a Educação Inclusiva está inserida numa complexidade, sobretudo por inserir-se numa sociedade capitalista regida por leis mercadológicas que amilam os sujeitos de nossa humanidade, a partir dos mecanismos de produção.

Diante disso entendemos que alguns elementos presentes no como portaria franca enfrentamos o Conservadorismo, a negação e burocratização do outro e o terrorismo indiferente (SKLIAR, 2003); a situação Conjunta nas escolas, A solidão e a exclusão na comunidade escolar.

Enquanto Coletividade podemos re-criar o tempo presente; diminuindo os malefícios do negacionismo e Conservadorismo que impregnam nossa sociedade e nossa escola "procurando o pensamento que derrota a ordem e que possibilite a pluralidade de todos e outros." (SKLIAR, 2003)

Questão: 3

As propostas abaixo terão como fundamentação as perspectivas do Mantovan (2011) e Glat (2018) pois entendemos que a Educação Inclusiva deve ser uma outra humanização social, articulando a diversidade e atuação conjunta.

Turno de educação infantil: A professora da Sala Comum planeja uma atividade de Consciência Corporal com a professora da Sala de Recursos Multifuncionais. Essa turma tem duas crianças com deficiência física e o trabalho será dinamizado com uma roda de conversa no qual cada estudante sinalizará a parte do corpo do colega conforme a professora vai explicitando. Os estudantes com deficiência física participará da mesma roda conversa curricular com a mediação de um colega e da professora para sinalizar a parte do corpo relacionado.

Turno de ensino fundamental: Nessa turma a professora irá trabalhar o conteúdo de língua portuguesa: Adjetivo. Para isso cada estudante vai escrever suas qualidades e depois ocorrerá a apresentação. O estudante com espectro autista participará do mesmo contexto curricular utilizando de figuras de comunicação alternativa.

